

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA**



DIRETRIZ DE COMANDO

DCENS 8

**PREVENÇÃO DE ACIDENTES RELACIONADOS
AO TRABALHO NA ORGANIZAÇÃO**

2011



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA

PORTARIA DEPENDS Nº 352/DPAA, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011.

Aprova a Diretriz de Comando que normatiza a Prevenção de Acidentes Relacionados ao Trabalho na Organização no âmbito do departamento de Ensino da Aeronáutica.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 4º, inciso II e artigo 15, incisos I e XII do Regulamento do Departamento de Ensino da Aeronáutica, aprovado pela Portaria nº 297/GC3, de 5 de maio de 2008, resolve:

Art. 1º Aprova a Diretriz de Comando do Departamento de Ensino da Aeronáutica nº 8 (DCENS-8) “Prevenção de Acidentes Relacionados ao Trabalho na Organização”.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO
Diretor-Geral do DEPENDS



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA
Diretriz de Comando do DEPENS

| | | | |
|-------------------------------|---|------------------------------|-------------------------------|
| DOCUMENTO Nº 8/2011 | GRAU DE SIGILO OSTENSIVO | EMIÇÃO 30 NOV 2011 | VALIDADE PERMANENTE |
| ASSUNTO | PREVENÇÃO DE ACIDENTES RELACIONADOS AO TRABALHO NA ORGANIZAÇÃO | | |
| DISTRIBUIÇÃO | DEPENS / CIAAR / AFA / EPCAR / EEAR / UNIFA | | |

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

Estabelecer orientações básicas para o planejamento e a execução das atividades de Segurança do Trabalho, através da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho na Organização (CIPAT).

1.2 OBJETIVOS

1.2.1. Uniformizar as regras para a constituição, funcionamento e atribuições da CIPAT.

1.2.2. Permitir a observação e relatos das condições de riscos nos ambientes de trabalho.

1.2.3. Implantar medidas para redução e/ou eliminação dos riscos, visando à preservação da saúde e integridade física do efetivo nas OM.

1.3 RESPONSABILIDADE

Os Comandantes das Organizações subordinadas ao DEPENS são responsáveis pelo cumprimento desta Diretriz, devendo ser consideradas as características próprias da operação de seus meios de trabalho.

1.4 ÂMBITO

Organizações subordinadas ao DEPENS.

2 CONCEITUAÇÕES

Os termos e expressões empregados nesta Diretriz têm o significado consagrado no vernáculo, no MCA 10-4 “Glossário da Aeronáutica”, no MMA 10-3 “Manual de Abreviaturas, Siglas e Símbolos da Aeronáutica”, ou conforme explicitado a seguir:

2.1 ACIDENTE RELACIONADO AO TRABALHO

É aquele que ocorre no exercício do trabalho nas suas atividades a serviço da organização, com agravo à saúde, pelas condições e/ou pelos ambientes de trabalho, provocando lesão corporal ou perturbação funcional, podendo ter perda ou redução, temporária ou permanente, da capacidade para o trabalho, podendo causar a morte.

O acidente do trabalho será caracterizado tecnicamente pela perícia médica mediante a identificação do nexo entre o trabalho e o agravo, quando se verificar nexo técnico epidemiológico entre a atividade da organização e a entidade mórbida motivadora da incapacidade, elencada na Classificação Internacional de Doenças (CID).

2.2 TIPOS DE ACIDENTES RELACIONADOS AO TRABALHO

2.2.1 O acidente que ocorre no horário de trabalho ou acontece quando você está prestando serviços por ordem da organização fora do local de trabalho.

2.2.2 O acidente que acontece quando você estiver em viagem a serviço da organização.

2.2.3 O acidente que ocorre no trajeto entre a casa e o trabalho ou do trabalho para casa.

2.3 TIPOS DE DOENÇAS RELACIONADOS AO TRABALHO

2.3.1 Doença ocupacional é a doença profissional produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade.

2.3.2 Doença do trabalho é a doença adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente.

2.4 FATOR PESSOAL DE INSEGURANÇA

Causa relativa ao comportamento humano, que pode levar à ocorrência do acidente ou à prática do ato inseguro.

2.5 ATO INSEGURO

Ação ou omissão ou ato praticado pelo homem, em geral consciente do que está fazendo, que está contra as normas de segurança. São exemplos de atos inseguros: subir em telhado sem cinto de segurança contra quedas, ligar tomada de aparelhos elétricos com as mãos molhadas e dirigir em altas velocidades.

2.6 CONDIÇÃO AMBIENTE DE INSEGURANÇA

É a condição do ambiente de trabalho que oferece perigo e ou risco ao trabalhador. São exemplos de condições inseguras: instalação elétrica com fios desencapados, máquinas em estado precário de manutenção, andaime de obras de construção civil feitos com materiais inadequados.

2.7 ORDEM E LIMPEZA

É sabido que no ambiente de trabalho muitos fatores de ordem física exercem influências de ordem psicológica sobre as pessoas, interferindo de maneira positiva ou negativa no comportamento humano conforme as condições em que se apresentam. Neste contexto, a ordem e a limpeza constituem um fator de influência positiva no comportamento do efetivo. As pessoas que trabalham num ambiente desorganizado sentem uma sensação de mal-estar que poderá tornar-se um agravante de um estado emocional já perturbado por outros problemas.

Esse estado psicológico poderá afetar o relacionamento de todo efetivo e expô-los ao risco de acidentes, além de prejudicar desempenho da organização. (exemplos: cor; temperatura; luminosidade, passagens obstruídas com tábuas, caixotes, obstáculos que impedem o trânsito normal das pessoas entre máquinas ou corredores; obstáculos onde se pode facilmente tropeçar ou escorregar; chão sujo de graxa, combustíveis ou substâncias químicas).

2.8 COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES DO TRABALHO (CIPAT)

A CIPAT é uma derivação administrativa da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) que tem suporte legal no artigo 163 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e na Norma Regulamentadora nº 5 (NR 05), aprovada pela Portaria nº 08/99, da Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego. A NR 05 trata do dimensionamento, processo eleitoral, treinamento e atribuições da CIPA. A legislação básica versando sobre segurança e saúde do trabalhador no Brasil está regulamentada na Constituição Federal e na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Nas Organizações Militares há três situações distintas:

1. Militar – sofre acidente em serviço de acordo com Decreto nº 57.272 de 16 de novembro de 1965 e as Perícias Médicas seguem de acordo com Portaria nº 616/GM3 de 13 de maio de 1980;

2. Servidor Público Civil – sofre acidente em serviço ou doença profissional, conforme Lei nº 8112/90, Lei nº 8.270/91 e Portaria nº 1.675 de 06 de outubro de 2006 (MPOG); e

3. Profissionais de empresas prestadoras de serviço - sofrem acidente do trabalho e estão sujeitos as doenças profissionais ou do trabalho, de acordo com o contido na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Decreto - Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e na Legislação Previdenciária.

Todas as considerações a serem realizadas na área de Segurança e Saúde Ocupacional, no âmbito do Comando da Aeronáutica, devem ser pautadas nas três condições descritas acima, no caso específico dos militares e servidores civis considerar a Ordem Técnica nº 18/DIRSA/2005, 30/11/2005 (BCA nº 233/2005) - emitida pela DIRSA, dentre outras.

Assim, a CIPAT encarrega-se de observar e avaliar as condições de risco nos ambientes de trabalho, sugerir medidas para reduzir ou até eliminar os riscos existentes, discutir os acidentes ocorridos e sugerir medidas que previnam acidentes semelhantes e, ainda, orientar os demais militares, funcionários civis e contratados quanto à prevenção de acidentes.

2.9 EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI)

Dispositivo de uso individual destinado a proteger a integridade física do trabalhador.

2.10 MAPA DE RISCOS

Representação ilustrada dos pontos de riscos encontrados em cada setor, que permite uma visualização clara dessas situações, facilita a discussão e a escolha de prioridades a serem trabalhadas pela CIPAT.

2.11 SAÚDE

Segundo a Organização Mundial de Saúde, é o estado completo de bem-estar físico, mental e social.

2.12 VISTORIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO (VST)

Atividade pró-ativa de busca e análise de informações, visando à identificação de condições latentes que possam afetar a segurança do efetivo, nas atividades laborais, e à emissão de recomendação de segurança do trabalho.

2.13 RECOMENDAÇÃO DE SEGURANÇA DO TRABALHO (RST)

É o estabelecimento de uma ação ou conjunto de ações, de cumprimento obrigatório, em um determinado prazo, dirigido a um determinado Setor e referente a uma circunstância de risco e/ou de perigo específico, visando à eliminação ou ao controle de uma condição de risco.

3 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No âmbito do Departamento de Ensino da Aeronáutica, a regulamentação de acidentes relacionados ao trabalho foi tratada em Diretriz de Ensino, sendo balizado por Leis e Normas públicas que regulam o assunto. Nesse contexto, destaca-se a Norma Regulamentadora (NR) nº 5 (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA), do Ministério do Trabalho e Emprego, que estabelece a obrigatoriedade das empresas públicas e privadas organizarem e manterem em funcionamento, por estabelecimento, uma comissão constituída exclusivamente por funcionários com objetivo de prevenir infortúnios laborais, através da apresentação de sugestões e recomendações ao empregador para que melhore as condições de trabalho, eliminando as possíveis causas de acidentes do trabalho e doenças ocupacionais.

Sob o foco atual das Organizações Militares, observa-se que a Força Aérea necessita que todo seu efetivo, militar e civil, esteja em plenas condições para executar, da melhor forma possível, todas as tarefas operacionais e administrativas.

Boa parte das atividades rotineiras realizadas no interior de nossas OM possui algum potencial de risco e, por menor que ele seja, é necessário mitigar a possibilidade de ocorrência de qualquer acidente que possa afastar o indivíduo temporariamente do trabalho, não só pela diminuição da capacidade da Organização em realizar suas tarefas, mas, principalmente, por preservar a integridade física daquele que voluntariamente permanece com o ideal de servir à Pátria nas asas da Força Aérea.

Para se diminuir a possibilidade de ocorrência de acidentes relacionados ao trabalho, é necessária que haja intensificação na supervisão das atividades.

Neste contexto, além da supervisão executada pelos chefes imediatos, é de fundamental importância que as organizações possuam uma CIPAT comprometida e atuante, devendo estar calcada no espírito preventivo, promovendo uma relação de diálogo e conscientização, de forma criativa e participativa, entre Chefes e Subordinados, em relação à forma como os trabalhos são realizados, objetivando sempre melhorar as condições de trabalho.

4 DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 ESTRUTURA BÁSICA DA CIPAT

4.1.1 A CIPAT será constituída de:

- a) Presidente;
- b) Vice-presidente;
- c) Secretário;
- d) Membro da Administração;
- e) Membro da Infra-estrutura;
- f) Membro da Saúde;
- g) Membros representantes de cada Organização sediada; e
- h) Membros julgados necessários pelo Comandante da OM.

4.1.2 Cada membro da Comissão deverá ser auxiliado por 1 (um) graduado para atuarem na prevenção de acidentes e nas ações de controle do potencial de risco.

4.2 PESSOAL

4.2.1 A CIPAT é constituída por militares (ativa e/ou reserva) e/ou civis do efetivo da respectiva OM e, em caráter temporário ou eventual, de outras OM do COMAER ou de órgãos especializados para a realização de tarefas específicas, nos termos da Norma Regulamentadora nº 5 do Ministério do Trabalho e Emprego.

4.2.2 As empresas prestadoras de serviço poderão participar da CIPAT mediante acordo com a OM.

4.2.3 Os militares (ativa e/ou reserva) e/ou civis não pertencentes à OM, necessários ao cumprimento das atribuições da CIPAT, poderão ser solicitados pelo Presidente da mesma, via cadeia de comando.

4.2.4 O Presidente da CIPAT é oficial superior, com reconhecido interesse pela atividade de Segurança e Medicina do Trabalho, preferencialmente com cursos nessas áreas.

4.2.5 O Vice-presidente da CIPAT é oficial, mais moderno do que o Presidente e mais antigo do que os demais membros da Comissão.

4.2.6 O Secretário da CIPAT é militar ou civil.

4.2.7 O Membro da Saúde da CIPAT é oficial do correspondente quadro.

Obs: A designação do Membro da Saúde da CIPAT está condicionada à existência de oficial que atenda aos requisitos estabelecidos e pertença ao efetivo da OM.

4.2.8 O Membro da Infra-estrutura da CIPAT é militar ou civil com a qualificação necessária.

Obs: A designação do Membro da Infra-estrutura da CIPAT está condicionada à existência de militar ou civil com a correspondente qualificação e pertença ao efetivo da OM.

4.2.9 Os membros da CIPAT devem ser designados de modo a contemplar a maior representatividade das atividades e dos setores da estrutura administrativa da OM, em especial aqueles que apresentem um maior risco de acidente.

4.2.10 Em princípio, o Presidente, o vice-presidente, o Secretário e os Membros da CIPAT deverão ser substituídos a cada dois anos de atividades.

4.2.11 O substituto eventual do Presidente da CIPAT será o vice-presidente da mesma.

4.2.12 Para cada membro efetivo da CIPAT deverá ser designado um suplente específico, o qual, em princípio, deverá pertencer ao mesmo setor de trabalho do titular.

4.2.13 A substituição eventual de qualquer Membro titular da CIPAT deverá ser informada ao Presidente da Comissão, devendo tal substituição constar de ata de reunião da CIPAT.

4.2.14 A necessidade de substituição permanente de qualquer Membro da CIPAT deverá ser comunicada previamente ao Presidente da mesma, para que possam ser determinadas as providências correlatas.

4.2.15 Os componentes da CIPAT, titulares e suplentes, serão designados por meio do Boletim Interno da respectiva OM.

4.3 FUNCIONAMENTO

4.3.1 A CIPAT deverá promover reuniões ordinárias, semestrais, nos dias, locais e horários estabelecidos pelo seu Presidente.

4.3.2 Reuniões extraordinárias serão realizadas sempre que forem detectadas, por denúncias ou informes, situações de risco grave e iminente que determinem a aplicação de medidas corretivas emergenciais, ou quando ocorrer acidente de trabalho, grave ou fatal, com perdas ou prejuízos de grande relevância.

4.3.3 A capacitação técnica do pessoal da CIPAT é necessária para o seu eficiente funcionamento e os Comandantes deverão dar atenção especial ao gerenciamento dos recursos humanos que possuem formação na área de Segurança do Trabalho, priorizando aqueles que poderão se dedicar na atividade por, pelo menos, dois anos.

4.4 ATRIBUIÇÕES

4.4.1 Compete ao Comandante da OM:

- a) determinar as providências necessárias à obtenção dos meios de toda ordem, necessários à prevenção de acidentes relacionados ao trabalho e/ou proteção da integridade física do efetivo, conforme assessoramento da CIPAT; e
- b) determinar as providências visando à realização de cursos de formação, especialização e atualização para os membros da CIPAT.

4.4.2 Compete ao Presidente da CIPAT:

- a) fazer cumprir as atribuições da CIPAT;
- b) convocar os membros da Comissão para as reuniões, presidindo e encaminhando ao Comandante da OM, as medidas de segurança aprovadas;
- c) divulgar as recomendações aprovadas pelo Comandante da OM e acompanhar a aplicação;
- d) coordenar e supervisionar todas as atribuições da CIPAT;

- e) elaborar os planos de vistoria dos diversos setores da OM para avaliação das condições de trabalho; e
- f) assessorar o Comandante nos assuntos ligados à segurança do trabalho.

4.4.3 Compete a CIPAT:

- a) elaborar e atualizar normas de Segurança, de Higiene e de Medicina do Trabalho a serem aplicadas internamente na OM, que visem à prevenção de acidentes do trabalho, submetendo à aprovação do Comandante;
- b) promover a divulgação interna das normas, bem com ações administrativas que mostrem a importância da prevenção de doenças e acidentes relacionados ao trabalho, através de atividades educativas e promocionais, distribuição de cartazes, palestras e campanhas;
- c) realizar, anualmente ou mediante determinação do Comandante, vistorias de segurança do trabalho nos diversos setores da OM. As vistorias terão como objetivo a verificação das condições de trabalho do efetivo; observando situações de risco das instalações, viaturas, máquinas e equipamentos, o cumprimento das recomendações de segurança e a utilização dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI);
- d) elaborar ou atualizar, quando da realização das vistorias, o Mapa de Risco de cada setor vistoriado, dando especial atenção aos setores e equipamentos que, estatisticamente, apresentam maior potencial de risco, tais como: depósitos de combustíveis, de explosivos, de gás (GLP) e de oxigênio, extintores de incêndio, estande de tiro, rede elétrica, seção de viaturas, de equipamentos de apoio de solo, de tornearia, de soldas, de hidráulica e de material bélico;
- e) supervisionar as empresas que realizam serviços terceirizados no âmbito da OM, quanto à observância de medidas preventivas de acidentes relacionados ao trabalho;
- f) estimular observação e relatos das condições de riscos nos ambientes de trabalho, com relatórios e/ou formulários de risco próprios da CIPAT, para as situações de potencial perigo de acidentes relacionados ao trabalho;
- g) analisar os relatórios e/ou formulários de risco preenchidos e, após, propor ao Comandante a adoção de medidas e providências necessárias;
- h) realizar análise dos eventuais acidentes ocorridos, relacionando os fatores e os atos de insegurança, bem como condição ambiente, ordem e limpeza e demais situações contribuintes, propondo ao Comandante adoção de medidas preventivas e/ou corretivas pertinentes;
- i) acompanhar o estado sanitário do efetivo, levando-se em conta as endemias locais, o clima da região e das localidades onde ocorrerem os desdobramentos;
- j) manter estreito relacionamento com os Órgãos de Saúde do Estado e Município, com o intuito de acompanhar as ocorrências de endemias e epidemias, assim como as campanhas de esclarecimento para que sejam divulgadas ao efetivo e seus dependentes;
- k) realizar palestras e exercícios simulados para avaliação do Programa de Combate a Incêndio;
- l) propor e aplicar um Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA);

- m) revisar as orientações e instruções setoriais para as saídas de emergências e evacuação dos prédios, em caso de emergência;

- n) realizar atividades relativas ao Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO);
- o) realizar anualmente a *Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (SIPAT)*;
- p) estabelecer ligação administrativa constante com as Delegacias Regionais do Trabalho, SENAI, SENAC e empresas promotoras de cursos, com a finalidade de ampliar conhecimentos, realização de cursos, estágios e palestras sobre segurança do trabalho;
- q) conhecer as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, mantendo constante atualização, adaptação e cumprimento; e
- r) encaminhar ao Comando Superior, até 30 de novembro, um *Relatório Anual*, contendo as condições de insegurança eventualmente observadas nas vistorias internas, as recomendações de segurança encaminhadas ao Comandante da OM, as Normas de Segurança, de Higiene e de Medicina do Trabalho adotadas, as atividades educativas e promocionais realizadas, os acidentes/incidentes relacionados ao trabalho ocorridos e os relatórios e/ou formulários de risco recebidos e suas análises.

4.4.4 A competências de Vice-Presidente, Secretário e os demais membros deverão ser estabelecidas em norma específica da OM.

5 DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

5.1 Após constituição da CIPAT, a comissão deverá definir o relatório ou formulário de risco que será disponibilizado ao efetivo da OM, para registros de ocorrências relacionadas à prevenção de acidentes de trabalho.

5.2 Sempre que ocorrer acidente que resulte em morte, perda de membro ou de função orgânica ou, ainda, cause prejuízo de grande monta, a CIPAT deverá se reunir imediatamente ou, excepcionalmente, até 2 dias úteis após a ocorrência, a fim de tomar as providências necessárias, podendo solicitar a presença do responsável pelo setor onde o mesmo ocorreu.

5.3 As OM pertencentes à estrutura administrativa do DEPENS deverão publicar em Boletim Interno a designação da CIPAT até 20 dias úteis após aprovação e divulgação desta DCENS, nos termos ora definidos, ressalvadas as características próprias da OM.

5.4 Cada OM deverá emitir norma específica referente ao assunto desta DCENS, apropriada ao seu contexto de atuação, a ser aprovada pelo respectivo Comandante até 45 dias após a designação da CIPAT.

5.5 As Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego poderão ser obtidas na Delegacia Regional do Trabalho, ou no endereço <http://portal.mte.gov.br/legislacao/> da Internet.

6 DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 A presente Diretriz entrará em vigor na data de sua emissão.

6.2 Os casos não previstos serão resolvidos pelo Diretor Geral do DEPENS.